



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS
GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA



LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA

**Ações de extensão rural nos assentamentos Belo Horizonte e Florestan
Fernandes, Alagoas**

Rio Largo, AL
2021

LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA

**Ações de extensão rural nos assentamentos Belo Horizonte e Florestan
Fernandes, Alagoas**

Monografia apresentada ao curso de Zootecnia, do Campus de Engenharias e Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

Orientador: Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa

Rio Largo, AL
2021

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Campus de Engenharias e Ciências Agrárias – CECA
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana

O48a Oliveira, Luiz Gustavo de.

Ações de extensão rural nos assentamentos Belo Horizonte e
Florestan Fernandes, Alagoas. / Luiz Gustavo de Oliveira. – 2021.
41 f.: il.

Orientador: Jakes Halan de Queiros Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) –
Curso de Zootecnia, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias,
Universidade Federal de Alagoas. Rio largo, 2021.

Inclui Bibliografia

1. Assistência técnica rural. 2. Assentados. 3. reforma agrária.

CDU: 332.021.8(813.5)

LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA

**Ações de extensão rural nos assentamentos Belo Horizonte e Florestan
Fernandes, Alagoas**

Monografia apresentada ao curso de Zootecnia,
do Campus de Engenharias e Ciências
Agrárias, da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Zootecnia.

Aprovada em: 20 de maio de 2021.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa, CECA/UFAL, (Orientador)



Profa. Dra. Tania Marta Carvalho dos Santos, CECA/UFAL



Prof. MSc. João Manoel da Silva - UFAL

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe por sempre acreditar e confiar em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe por desde sempre estar ao meu lado me apoiando durante toda minha vida, uma mulher guerreira que incessantemente fez de tudo para que eu conseguisse trilhar esse caminho e ser uma pessoa melhor.

A minha tia Gloria e meus primos, que me criaram e foram os pilares para a pessoa que me tornei.

A minha namorada Mariana, por toda paciência, incentivo e companheirismo nessa jornada.

A Universidade Federal de Alagoas, em destaque à todas as pessoas que fazem parte do Campus de Engenharias e Ciências Agrárias – CECA, todos os professores, técnicos e a equipe de apoio, sem eles nada disso seria possível.

Agradeço meu professor e orientador Jakes Halan de Queiroz Costa, por desde o início acreditar no meu potencial, pela sua paciência e apoio durante todo o tempo e por ser essa pessoa incrível que tenho tanta admiração.

A todos os meus amigos que fiz na universidade, em especial ao André, Lyara, Thalís, Carol, Caio e Raísa, pelo apoio incentivo e amizade durante todo o curso.

E por fim a todos da minha família, amigos e pessoas que fazem parte da minha vida.

RESUMO

OLIVEIRA, Luiz Gustavo de. **Ações de extensão rural nos assentamentos Belo Horizonte e Florestan Fernandes, em Alagoas**. 2021. 43p. (Trabalho de Conclusão de Curso - Zootecnia) - Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2021.

A assistência técnica rural como conhecemos atualmente, remonta do pós Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a importância e aplicação para pequenos produtores, vem sendo debatida constantemente. No estado de Alagoas, a produção sucroalcooleira tem extrema importância, para a economia, o que torna a agricultura familiar marginalizada, com pouco incentivo e investimento, tornando-a de baixa qualidade e descontinuada. Uma oposição as grandes propriedades de monocultura e trabalho intermitente são os assentamentos rurais. No estado de Alagoas existem, 143 assentamentos rurais atualmente e neste trabalho dois foram analisados a partir de dados coletados em observações de campo e entrevistas, no período de julho a dezembro de 2017, junto à quatorze produtores assentados dos assentamentos, Florestan Fernandes, em Matriz do Camaragibe e Belo Horizonte, em Novo Lino. Problemas persistentes, inclusive de infraestrutura, desde a criação dos assentamentos, além de problemas na execução de programas vinculados à políticas governamentais e os entraves políticos e administrativos que a agricultura familiar enfrenta, refletem diretamente na forma de como o extensionista atua junto à essas famílias.

Palavras-chave: Assistência técnica rural, assentados, reforma agrária.

ABSTRACT

Rural assistance as we know it today dates back to post-World War II. In Brazil, the importance and application for small producers have been constantly debated. In the state of Alagoas, sugar and alcohol production is extremely important for the economy, which makes family farming marginalized, with little incentive and investment, making it of low quality and discontinued. In opposition to the large properties of monoculture and intermittent work are the rural settlements. In the state of Alagoas, currently exist 143 rural settlements and in this work, two were analyzed from data collected in field observations and interviews, from July to December 2017, along with fourteen settled producers from the settlements, Florestan Fernandes, in Matriz Camaragibe and Belo Horizonte, in Novo Lino. Persistent problems, including infrastructure, since the establishment of the settlements, and in addition to problems in the execution of programs linked to government policies and the political and administrative obstacles that family farming faces, directly reflect on how the extension worker works with these families.

Keywords: Technical assistance, perception, settlers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1. Reforma agrária	10
2.2. Assentamentos	12
2.3. Assistência Técnica e Extensão Rural	144
3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS - PDAs.....	166
3.1 Assentamento Belo Horizonte	16
3.2 Assentamento Florestan Fernandes	19
4 MATERIAIS E MÉTODOS	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	377

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros movimentos em defesa da reforma agrária foram as ligas camponesas do Nordeste em 1945, com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB), nessa época, a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalhador, saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais (SABOURIN, 2008).

Romeiro (2013) aponta que na década de 1950 houve um grande debate sobre a causa da crise econômica, aumento da industrialização e urbanização. A estrutura latifundiária foi vista com uma das causas dessa crise e um obstáculo para o crescimento econômico. A reforma agrária foi vista como forma para expansão da agropecuária. Assim sendo desenvolvido o estatuto do trabalhador rural em 1963, mas no ano seguinte, com o golpe militar, os direitos do trabalhador rural foram deixados de lado novamente.

Durante os 20 anos de ditadura militar, a saída encontrada pelos excedentes da população agrícola foi o movimento migratório, principalmente para as regiões de fronteira, onde procuravam se fixar como posseiros. Mas a política de ocupação do Oeste, por meio de incentivos fiscais, reduziu o alcance dessa válvula de escape. E a escolha da cana-de-açúcar como única cultura do Proálcool ainda ajudou os grandes fazendeiros a avançarem cada vez mais sobre as terras da jovem agricultura familiar do Sudeste. Foi por isso que, em meados dos anos 80, quando se encerrava a longa noite ditatorial, o sistema agropecuário brasileiro tinha um perfil essencialmente patronal, em flagrante contraste com o de todos os países que conseguiram se desenvolver durante o século XX (VEIGA, 1990,1991; ABRAMOVAY, 1992 apud VEIGA 2000).

Segundo Costa (2016) existem dois grandes modelos de desenvolvimento rural no Brasil: Uma agricultura empresarial que é dirigida para o agronegócio e apoiada pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e a dos agricultores familiares, onde estão inseridos os indivíduos que exploram os lotes de assentamentos de reforma agrária. Alagoas é um estado em que produz pouca riqueza e cuja distribuição é

concentrada nas mãos de poucos, com isso excluindo grande parte da população do mercado consumidor interno. Em Alagoas, grande parte dos projetos de reforma agrária está localizada em áreas em que histórica e tradicionalmente se cultivava a cana-de-açúcar. É observado a existência de grandes problemas em relação ao programa de reforma agrária uma vez que os lotes têm um tamanho inferior ao módulo fiscal, infraestrutura é precária, há falta de organização social e produtiva e ausência de assistência técnica e extensão rural eficiente e permanente.

Na área tradicionalmente ocupada pelo setor sucroalcooleiro vários municípios do litoral norte do estado se destacam, dentre eles Matriz do Camaragibe e Novo Lino. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município de Matriz do Camaragibe, situado no estado de Alagoas na Zona da Mata, fica a 76 quilômetros da capital Maceió, com uma população de 24.634 pessoas (IBGE, 2020). Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existem três assentamentos no município, sendo o mais antigo o Florestan Fernandes, criado em 30 de novembro de 1999, com 390,3232 hectares, e 41 famílias (INCRA, 2020). Novo Lino é um município do estado de Alagoas que está localizado a 101 quilômetros da capital Maceió, tem uma população de 12.764 pessoas (IBGE, 2020). Até o momento o assentamento Belo Horizonte é o único criado no município, com 2112,7503 hectares e 248 famílias (INCRA, 2020). São assentamentos que podem representar o universo dos projetos de assentamentos de reforma agrária de Alagoas, expressando uma realidade rica e controversa envolvendo agricultores e agricultoras familiares responsáveis pelas próprias sobrevivências, subsistências e oferta de alimentos para a sociedade.

Com todas as problemáticas vistas anteriormente foi observada a necessidade de estudar e compreender todas as ações que aconteceram e acontecem em ambos os assentamentos, buscando inicialmente entender as ações de assistência técnica e extensão rural realizadas nos assentamentos Florestan Fernandes e Belo Horizonte afim de descrever o impacto das ações das assistências técnicas e a percepção dos produtores em relação as atividades realizadas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Reforma agrária

A reforma agrária é uma reunião de ações governamentais que tem por objetivo remodelar a estrutura fundiária de uma região. Atua distribuindo propriedade e posse de terra visando assegurar e melhorar os ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos e econômicos, buscando o crescimento da produção agropecuária e reordenação do território. Essas ações resultam em um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2007).

A desigualdade social no campo e a concentração fundiária marca a sociedade brasileira desde sua origem, durante o processo de colonização portuguesa foi instaurado o regime sesmarias que foi um regime de posse da terra utilizado em Portugal e que foi implantado no Brasil. Nesse regime o agricultor tinha direito apenas da posse da terra e o domínio era do Rei ou Estado. Porém, no período de colonização apenas os brancos, puros de sangue, e católicos tinham direito a posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, entre outros não possuíam este direito. Resultando na concentração de terras para os senhores de engenho que obtinham grande área para o plantio de cana de açúcar enquanto a maioria da população não tinha direito a terra (MIRALHA, 2006).

No ano de 1822 o sistema de sesmarias acaba, dando início à um processo de ocupação de terra por posseiros que se estendeu até o ano de 1850 onde é criada a Lei de Terras, onde quem já usufruía das terras anteriormente se tornou proprietário, dando direito legais a quem antes era sesmeiro ou donatário, proporcionando a continuidade a falta de acesso à terra aos menos favorecidos (LISBOA, 2018).

É unanime que a reforma agrária possui uma grande importância, em especial no âmbito social, com a política de distribuição de renda e inclusão social, assim ajudando os pequenos arrendatários, parceiros e meeiros, dando a oportunidade a quem está em grandes cidades e excluído do mercado de trabalho e que foram expulsas do espaço rural migrando para as cidades, possam voltar para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando sua dignidade (MIRALHA, 2006).

Os movimentos de defesa da reforma agrária no Brasil, começaram com as ligas camponesas do Nordeste, estendidas à maioria dos estados do Brasil a partir de 1945, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SABOURIN, 2008).

O Estatuto da Terra, criado em 1964, já mostrava a urgência da reforma agrária, com o intuito de redistribuir as terras ociosas na mão de latifundiários, gerando emprego, aumentando a produção e produtividade dessas terras, além de criar uma classe média rural, forte e numerosa. Porém o que vemos foi a continuidade das grandes terras na mão dos latifundiários, um êxodo rural desordenado, setores isolados cresceram e se modernizaram, enquanto alguns não sofreram alteração (VASCONCELOS, 2007).

As zonas canavieiras do Nordeste foram foco de grande tensão social a partir dos anos 50 e o foco de atuantes movimentos de trabalhadores rurais, durante o período de 1985 a 1989 a um baixo número de desapropriação. Um grande salto ocorre após 1995. Um fato que explica essa distribuição no tempo, é a crise que a agroindústria canavieira mergulhou a partir da segunda metade dos anos 1980. Diversas usinas fecharam sem saldar suas dívidas, inclusive trabalhistas. As ocupações tornaram-se instrumento de luta para o enfrentamento da crise pelos trabalhadores rurais (HEREDIA et al., 2002).

Em 1985 com o primeiro governo da nova república, foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), porém os ruralistas não ficaram parados e criaram a União Democrática Ruralista (UDR) e com isso o PNRA nunca saiu do papel. Durante a criação da nova constituição em 1988 mais uma vez a reforma agrária leva um grande golpe dá UDR e só em 1993, com uma lei complementar, tem sua regulamentação. Durante os Dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. 1994 e 1998, há uma grande política de reforma agraria inicialmente no seu primeiro mandato, mas devido a conflitos e grande crescimento das ocupações de terra, em seu segundo mandato FHC tomou ações extremamente repressoras, criminalizando a luta pela terra, dificultando a vida das famílias que ocupavam as terras, além de destruir a linha de credito para os assentados e a assistência técnica (FERNÁNDEZ, 2003).

Com a eleição do governo Lula (PT) em 2002, houve uma grande esperança de que a reforma agrária saísse do papel, mas com o passar do tempo apenas

políticas compensatórias foram criadas e uma estruturação dos assentamentos já existentes, tendo apenas desapropriações em latifúndios improdutivos e áreas ilegais, tentando conciliar os dois projetos distintos de agricultura, ora fortalecendo a agricultura familiar, outra incentivando o agronegócio. O que fez com que a reforma agrária em si não fosse desenvolvida, pois os grandes latifundiários continuaram crescendo no país (ENGELMANN; GIL, 2012).

O governo Dilma manteve as políticas do governo Lula que buscava um foco maior em melhorar a vida dos assentados e a produção nos assentamentos. Nesse período o governo só criaria novos assentamentos depois de reestruturar os que já existiam (CAMPOS, 2015). Com o governo Temer, ocorre o desmonte do que antes existia, com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário, diminuição dos projetos de assentamento agrário e grande corte nos recursos orçamentários destinados ao INCRA, que seriam utilizados para assistência técnica, promoção de educação rural e indenizações de territórios quilombolas (MATTEI, 2018).

2.2 Assentamentos

Os projetos de assentamento têm seu propósito integrar os assentados a sua comunidade próxima, fazendo com que produzam para a sua subsistência e comercialização (ALBUQUERQUE et al., 2004)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, foi criado em 1970 e tem papel importante na luta pela terra, pois tem como uma das suas responsabilidades as desapropriações e criações dos assentamentos no Brasil. Os assentamentos têm como principal meio de criação a luta pela terra feita pelos movimentos camponeses que lutam por políticas para o desenvolvimento e autonomia dessas áreas e tem mantido a reforma agrária sempre em pauta na política brasileira. (TSUKAMOTO; ASARI, 2003).

O processo de assentamento se dá por meio de etapas, onde inicialmente os indivíduos passam a acampar nas propriedades ou nas margens delas afim de pressionar o INCRA para que se inicie a etapa de negociação e depois demarcação da propriedade. Com a posse da terra é necessário que exista uma forma do

assentado de entrar no mercado necessitando de crédito rural e assistência técnica, mas mesmo os pequenos e médios produtores sendo ativamente importantes para a produção de alimento do Brasil os incentivos estatais são direcionados para os ruralistas que produzem para a importação. (TSUKAMOTO; ASARI, 2003).

Os assentamentos implantados até hoje no Brasil estão longe de serem considerados como reforma agrária, pois em grande parte o estado teve que desembolsar recursos financeiros para a desapropriação da propriedade e investir pouco em infraestrutura e recursos sociais, econômicos e culturais para que o assentamento se tornasse autossustentável. Isso reforça a ideia que o Brasil ainda necessita de uma reforma agrária que resultaria em resultados bem mais significativos que os que vemos hoje (MIRALHA, 2002).

Apesar das dificuldades, o assentamento apresenta-se como uma estratégia de inclusão social para a população excluída, mesmo com todas as dificuldades o assentamento é uma alternativa consistente (LEITE, 1998).

A renda do estado de Alagoas, além de desenvolver pouca riqueza, a mesma é má distribuída, exclui o consumo interno que é parte predominante. A falta de crédito, assistência técnica e facilidade de comercialização faz com que a experiência de reforma agrária alagoana não desenvolva um espaço significativo, capaz de servir de alternativa para o modelo tradicional da agricultura (CARVALHO, 2010).

Alia-se a isso o fato de que os assentamentos alagoanos têm um tamanho menor que o módulo fiscal municipal, isso faz com que o produtor assentado tenha dificuldade de manter a produção para garantir o bem-estar das famílias (COSTA, 2016).

Em suma, os assentamentos não dispõem de infraestrutura necessária para a sobrevivência digna dos produtores, existe grande dificuldade de um trabalho coletivo e não há preparo para administrar efetivamente seus lotes (MOREIRA, 2010).

2.3 Assistência Técnica e Extensão Rural

A extensão rural remonta das antigas civilizações egípcias que tinham instrutores que ensinavam os agricultores do Vale do Nilo no plantio do trigo irrigado e na construção de residências de barro e palha do trigo, assim como a organização de associações de pescadores (SILVA; MULLER, 2015).

A extensão rural clássica teve seu princípio ligado as crises econômicas ocorridas na Europa e Estados Unidos durante o século XIX. Surgiu na Europa em consequência das sucessivas safras de batata que não vingaram, acarretando na fome da população, levando o governo irlandês a aplicar medidas emergenciais para pequenos produtores. Uma dessas medidas foi ofertar treinamento para introduzir novas práticas agrícolas (PINTO,1998).

O modelo americano, chamado atualmente como modelo clássico de Extensão Rural, foi concebido ao final da Guerra de Secessão, e consistia na disseminação de conhecimentos práticos relacionados a agricultura e pecuária, que hábitos e atitudes mais eficientes fossem empregados na administração da propriedade rural (FONSECA,1985).

No Brasil, este modelo foi implantado após a Segunda Guerra Mundial, como tática para reduzir a expansão comunista junto a população rural necessitada, da América Latina. Seu objetivo era o mesmo do modelo clássico americano, possuindo o suporte do uso do crédito rural supervisionado (PINTO,1998).

Peixoto (2008), declara que o significado de extensão rural, varia com cada país ou local estudado, porém esta pode ser entendida como um processo comunicativo, como instituição e como política.

A extensão rural junto ao serviço de ATER sendo público e gratuito, teve seu clímax na década de 1970 e início dos 1980, no entanto as mudanças políticas dos anos 80 junto da crise fiscal do estado levaram ao fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) nos anos 90. No fim dos anos 90 trabalhadores rurais, produtores, extensionistas entres outros, conquistaram novas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e demonstraram a necessidade do

resgate das Ater. Em 2003 o Ministério da Agricultura ficou responsável pelas políticas públicas voltadas as Ater e o setor (PEIXOTO, 2008).

Há uma necessidade de aprofundamento no debate sobre legislação para que se reestruture o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e a implantação de um fundo nacional de ATER. Os principais agentes da Ater são estaduais, e os mesmo não recebem recurso para atuar, tanto financeiro como humano, necessário para a existência. Outra questão é uma reforma no modelo atual das Ater, onde atualmente existe um sistema único que não leva em consideração a pluralidade do nosso país (PEIXOTO, 2008).

3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS - PDAs

Para um melhor entendimento do universo do objeto de estudo buscou-se elementos sobre a história, infraestrutura, ações governamentais, diagnóstico e planos de ações para os dois assentamentos, elementos contidos nos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs). O plano de desenvolvimento dos assentamentos teve como principal objetivo levantar as necessidades dos assentados e servir como molde para as iniciativas que seriam tomadas pelos agentes extensionistas a partir do que foi obtido no período que foi feito.

A seguir seguem as informações obtidas a partir dos PDAs dos assentamentos Belo Horizonte, situado no município de Novo Lino e Florestan Fernandes, localizado no município de Matriz de Camaragibe.

3.1 Assentamento Belo Horizonte

O assentamento Belo Horizonte foi iniciado no fim de 2002 e seu Projeto de Assentamento (PA) feito em 2005 com uma área medida após vistoria: 1.683,3565 há. Situado a 8 km de Novo Lino, sendo 4 km, sem pavimentação, contendo 260 famílias. Por volta de 65% do solo tem um limite elevado de erosão, com baixa fertilidade natural e restrição a motomecanização, além de poucas práticas de conservação do solo pelos produtores.

O Rio Manguaba corta os imóveis e dispõe de água em regime perene e de boa qualidade.

Cada família trabalhava em seu lote sozinha, fazendo com que as mulheres muitas vezes façam atividades domésticas e braçais, acumulando mais atividades que os homens. As crianças começam a ajudar nos lotes por volta de 12 anos, quando não ajudam no lote, procuram atividades ao ar livre.

Os dados obtidos mostraram que 41% das famílias eram compostas por 04 a 06 membros, 40% de 01 a 03 e mais de 50% dos moradores estavam abaixo de 50 anos de idade.

Havia uma escola do ensino fundamental (1ª a 4ª série), duas igrejas protestantes e uma antiga e rústica casa de farinha. Não existia energia elétrica nas casas e nem água encanada e a água utilizada não recebia tratamento.

Durante a realização do programa as culturas mais produzidas eram cana-de-açúcar, macaxeira, banana, inhame, feijão, milho e batata, as demais produções, como maracujá, hortaliças e o feijão de corda não têm tanta expressão como às outras.

Foi observado um sistema semi extensivo na produção animal, característico de uma baixa tecnologia empregada, sem rotação de pastejo e pisoteio contínuo, ração de baixa qualidade ou inexistentes, sanidade dos animais não é levada em consideração onde não havia controle das vacinas, cronograma de vermifugação e utilização de carrapaticida e baixa condição de vida além de um baixo padrão racial dos animais, isso leva a uma produção baixa e que sofre durante o período de seca, devido à grande dependência dos recursos naturais dos lotes.

A maior atividade no assentamento durante o levantamento era a avicultura seguida pela bovino cultura, caprino, ovinos e suínos com menor expressão, equinos, muares e asininos usados somente para o trabalho.

Apenas 38% dos assentados praticavam algum tipo de comercialização, enquanto que uma grande parte entrega sua produção para atravessadores. A produção era baixa, a infraestrutura de acesso ao assentamento era precária o que dificulta o escoamento da produção e a informalidade no processo produtivo fez com que ficassem fora da competição ao comércio.

Durante o processo de criação do programa de desenvolvimento do assentamento os produtores recebiam assistência do Instituto Naturagro, que prestava serviço ao INCRA, no serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Os assentados não adquiriram o crédito inicial que permitiria que os mesmos pudessem aumentar sua produção e melhorar sua condição de vida, em função disso os profissionais que participaram da criação do PDA acreditavam que o necessário seria a liberação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Nenhum produtor passou por um curso de capacitação em nenhuma área, uma das primeiras iniciativas da Naturagro foi fornecer uma especialização em bordado em tecido para as mulheres do assentamento com o intuito de que houvesse uma evolução para um grupo de trabalho coletivo.

Os moradores não tinham acesso a coleta de lixo, fazendo com que o descarte do lixo fosse de forma incorreta, céu aberto, queimar ou enterrar. O assentamento gozava de riachos e cacimbas, mas não havia energia elétrica, fazendo com que os moradores se desloquem para coletar água para suas necessidades básicas.

Não existia posto de saúde no assentamento, fazendo com que qualquer um morador que precise de atendimento médico tivesse que se locomover para a cidade de Novo Lino para consulta.

Não foi observada nenhuma fonte de lazer e atividades culturais para os assentados.

No período das entrevistas o assentamento tinha 8 anos, mesmo assim apenas duas agrovilas ainda estavam em fase de acabamento, enquanto que 2 ainda seriam construídas, onde pessoas ainda estavam morando em casas de lona ou taipa.

Após o levantamento dos dados foram observadas várias limitações para o desenvolvimento das famílias assentadas como: falta de capacitação para produzir e vender seus produtos, grande taxa de analfabetismo, ausência de apoio institucional, falta de luz e água encanada, péssimas condições das estradas, falta de recurso financeiro para investimento.

As principais ações previstas para que o desenvolvimento do assentamento fosse feito foi o planejamento e melhoria na produção, qualificar os produtores, investir na melhoria na infraestrutura das agrovilas, melhorar a estrutura de acesso e disponibilizar o acesso a recursos financeiros para produção.

Levando em consideração os pontos fortes e as fragilidades do assentamento foi desenvolvido um plano de ação para uma evolução dos produtores com a previsão de três anos de conclusão. As principais atividades estabelecidas foram:

Demarcar e distribuir os lotes além de melhorar as estradas existentes e construir novas, ampliar a escola já existente e criar uma creche, inserir sistema de

coleta de lixo no assentamento, instalar água encanada e luz em todas agrovilas, criar um posto de saúde e uma área de lazer e eventos culturais.

Oferecer cursos e palestras, na área de produção, para melhoria da produção agrícola, além de associativismo e cooperativismo, atividades de produção não agrícolas como produção de doces e cultivos de flores tropicais para as mulheres do assentamento.

Estimular a preservação dos recursos naturais criando uma área legal com plantio de espécies nativas e exóticas.

3.2 Assentamento Florestan Fernandes

Realizado em 2003 por um grupo multidisciplinar fruto de um convênio da Universidade Federal de Alagoas e o INCRA, o Plano de Desenvolvimento do assentamento Florestan Fernandes teve como objetivo, melhorar a condições de vida dos recém assentados e proporcionar aos mesmos, condições de geração de renda.

O assentamento fica no município de Matriz de Camaragibe, a 75 km da capital. Possui 235 km e tem como via de acesso a AL 101 Norte, clima temperado com máxima de 28° e mínima de 18° graus, seu relevo é ondulado com as partes altas cobertas por resquícios de mata atlântica, a hidrografia principal é o rio Camaragibe e seus afluentes, os riachos Camaragibe Mirim, Cutia e Santa Helena.

A fonte de renda do município é a cana de açúcar junto da mandioca e banana. O comércio é feito no próprio município, nos municípios vizinhos e na capital do estado. A pecuária é voltada para criação de suínos e bovinos e a única atividade industrial do município são as usinas Santo Antonio e a Santa Maria que fica em Porto Calvo.

Foi observado que mesmo com os créditos iniciais recebidos o assentamento não obteve um crescimento, muito pelo desvio do dinheiro para outros meios que não a produção agrícola, além disso, o sistema de irrigação não levou em consideração o estado dos lotes, fazendo com que alguns produtores fizeram o investimento mesmo sem ter água para o sistema projetado. A falta de assistência no início do

assentamento acarretou na perda de mudas, fazendo com que não tivesse produção e grande parte da irrigação ficasse parada junto a uma sala da escola do assentamento.

O assentamento possui 742,400 ha, com frações de parcelamento mínimo de 4 ha. Tem seu clima quente e úmido, com temperaturas já vista de máxima 34°C e mínima de 14°C. O solo se apresentou ondulado e forte ondulado com moderada textura argilosa. O imóvel se apresentava abandonado a 3 anos e apresentou algumas regiões sem trabalho na solo e grande área de mata. Foi observado que são necessárias práticas de manejo para conservação do solo, sendo cerca de 65% do solo de limitação moderada em relação a erosão.

Além do riacho Macapá o assentamento tem inúmeras nascentes e pequenos riachos para a utilização hídrica.

Durante as entrevistas foi observado que após anos os assentados se dirigiam ao assentamento como fazenda, mostrando a falta de identidade com sua conquista, além disso existia uma certa inquietação sobre suas moradias, pois alguns queriam morar em seu próprio lote e foram alocados em agrovilas, sem que houvesse conversação sobre o que desejavam.

Após recebimento de mais de 70% dos créditos as 43 famílias que residiam no assentamento se viam inseguras por que não existia uma melhoria efetiva em suas vidas. As lideranças reclamavam da falta de orientação técnica na hora de aplicar os recursos que foram dados a eles e o fato de ter pouca mão de obra para o trabalho, já que muitos fazem suas atividades individualmente nos seus lotes.

A maioria das pessoas que compunham o assentamento são trabalhadores rurais e pessoas vindas do corte de cana, e das fazendas vizinhas, pessoas vindas de Joaquim Gomes, Matriz do Camaragibe, União dos Palmares e Maceió.

Os entrevistados falavam que devido ao desentendimento com práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que segundo eles exigiam uma porcentagem de cada crédito, romperam relações e depois da conquista do assentamento pouco aparecem no mesmo. Existia uma associação dos produtores assentados, mas era visto que pouco atuava no bem-estar e promoção da coletividade e apenas atuava para garantir os créditos que são de direito. Os relatos são que nas

reuniões quase não chegavam a acordos devido ao individualismo presente e a pouca mobilização dos moradores do assentamento.

As mulheres ajudavam na produção além das atividades domésticas, mas não tinham voz ativa nas decisões em relação ao que cultivar e comercializar. As que são titulares do lote têm uma jornada mais dura, pois se dividem entre as atividades do lote, criação dos filhos e a casa. As reuniões com os técnicos eram feitas apenas com os titulares e não com a comunidade num todo, reforçando o machismo no local.

As crianças começavam a ajudar cedo nos lotes, mas logo se engajavam em trabalhos fora dele para ajudar financeiramente os pais, muitos ao ver o insucesso nas atividades agropecuárias, na primeira oportunidade, iam para fora do mesmo, os que ficavam tendem a casar cedo, fazendo moradia no lote dos pais e dividindo-o.

O plantio no assentamento era feito individualmente, para próprio consumo e possivelmente venda, os cultivos predominantes eram feijão, mandioca, macaxeira, inhame, banana, coco e caju. A má qualidade das estradas que dão acesso ao Florestan Fernandes impossibilita que os assentados pudessem sair para vender sua produção nas cidades vizinhas.

Devido a orientação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que era o órgão que fornecia o crédito, os produtores estavam plantando abacaxi, laranja, coco, urucum, banana e mandioca, mas segundo as entrevistas quase todos estavam insatisfeitos, por querer produzir lavoura de ciclo curto como: inhame, feijão, milho e mandioca.

A pecuária era presente apenas para consumo e uso doméstico, de forma simples e sem grande uso de tecnologia para melhor produção, mesmo que para consumo, a falta de uma melhor criação fazia com que implicasse em um maior custo.

Existia um beneficiamento da macaxeira/mandioca no assentamento, utilizavam para fabricação de farinha. Existiam duas casas de farinha até o momento das visitas e havia pretensão de criar uma nova. A versatilidade da mandioca não era bem aproveitada, pois além de farinha é possível fazer, bolos, tapioca, beiju entre outros alimentos, que além de ajudar na renda das famílias seria uma alternativa para ocupação das mulheres assentadas.

Possuía uma creche/escola que servia para as reuniões da associação e era a única que possuía energia, proveniente de placas solares.

A comercialização do que é produzido era feita nas cidades próximas, Novo Lino, Joaquim Gomes e Maceió, os preços geralmente abaixo do mercado. Os produtos consumidos eram comprados no comércio das próprias cidades onde era feita a comercialização de seus produtos.

Grande parte dos assentados era de alfabetizados e apenas um tinha terminado o 1ª ano do 2º grau. Existia apenas uma escola de 1ª a 4ª série, apesar dos moradores falarem que atuava como creche, apenas crianças a partir de 4 anos permaneciam nas salas.

O ensino não levava em consideração a realidade das crianças, sem considerar a preservação ambiental e o convívio comunitário. Outro problema era o ensino multisseriado que ajudava a evasão escolar. O ensino de adultos foi empregado em duas tentativas, mas sem êxito, muitos falaram que o cansaço do dia a dia impedia maior empenho, problemas de visão para outros, além do fato de ser relatado que as aulas não tinham tanto estímulo e atrativos para eles.

Não existia nenhum posto de saúde na comunidade. Em caso de hospitalização os membros da comunidade deveriam se dirigir a cidade de Joaquim Gomes. Mulheres que estavam grávidas geralmente não faziam o pré-natal e muitas não sabiam que tinham esse direito e da importância do mesmo.

Faltava água encanada para todos, tendo que usar poços e cacimbas para o seu fornecimento. As necessidades eram feitas no mato e enterrado, por causa da falta de água para limpeza dos banheiros. O lixo doméstico não era coletado sendo jogado, queimado ou usado para adubação.

Foi constatado que não havia nenhuma forma de lazer além do campo de futebol, os moradores relataram que já houve duas festas, uma quando ocorreu o recebimento do crédito inicial e outra quando as casas foram construídas.

Além disso, algumas festividades, como as festas juninas eram comemoradas, mas apenas com os que ficam no assentamento, tendo em conta que alguns preferiam ir para a cidade ou casa de parentes.

Técnicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) fizeram palestras para os assentados, mas as mesmas não surtiram muito efeito, não foi constatado nenhuma aposentadoria ou outro direito relativo à previdência social. Contribuir para a previdência é de grande importância, pois muitos trabalhavam em atividades perigosas e caso acontecesse algum acidente, os mesmos poderiam ser beneficiados. As aposentadorias, posteriormente poderia ajudar tanto na economia quanto socialmente, além de ter grande importância para economia dos municípios.

Os assentados receberam todos os créditos para habitação, com as criações de agrovilas, esse sistema viabiliza os créditos com maior rapidez, mas muitos procuravam ter suas moradias perto de seu lote para que as atividades tivessem maior facilidade. Não havia eletricidade nas casas durante as pesquisas e a via de acesso era de barro, que ficava impossível de se locomover durante o inverno.

As dificuldades observadas para o desenvolvimento no assentamento foram, a falta de estrutura para que tenha um escoamento da produção durante o período de chuva, as lideranças do assentamento possuem nenhuma credibilidade e força entre os produtores, entre eles há uma descrença na cooperação e associação, o ensino dentro do assentamento se mostrou precário e inadequado, muitos produtores analfabetos.

Foi percebido que a produção era baixa e precária onde faltava uma ligação do produtor com fornecedores, pouco conhecimento dos seus direitos, as famílias se mostraram dependentes dos créditos governamentais e muitos tinham a crença que isso que vai solucionar os problemas.

O assentamento possuía grande potencial para a agricultura, seus moradores - em grande parte - estavam em idade produtiva e existia diversos riachos e um rio que possibilitava a implantação de irrigação nos lotes.

Com base nos pontos fracos e fortes do assentamento o programa de desenvolvimento foi criado para uma evolução sustentável e rentável para os assentados, sendo visado uma criação de grupos setoriais, onde a produção seria feita em grupos pré-formados, coletivizando os serviços em cada setor, proposta de abandonar a monocultura e estimular a produção agroecológica além de hortaliças e fruteiras. A proposta contemplava:

Incentivar atividades coletivas e aquisição de maquinário para uso coletivo no assentamento, usar uma área sobressalente do assentamento para produção de mudas e sementes para todos.

Recuperar o solo e ensinar técnicas de produção menos danosas ao solo como rotação de cultura, plantio de leguminosas e enriquecimento de solo e evitar o uso de agrotóxicos, assim buscando introduzir os produtores no mercado de produtos orgânicos.

Criação de atividades para as mulheres e jovens do assentamento, além da inserção do mesmo nas atividades coletivas de produção. Desenvolver produtos feitos com insumos do próprio assentamento e inseri-los no mercado.

Na parte de assistência para os assentados, foi estimado um programa de apoio para melhorar não só as atividades produtivas, já que muitos são provenientes do corte de cana e praticam atividade extensiva em seus lotes, mas também devolver a atividade agroecologia para que os mesmos tenham uma produção melhor e sustentável, além de auxiliar na comercialização e no gerenciamento do crédito adquirido pelo assentado.

Para realização das ações acima foram definidas estratégias que buscavam alcançar essas metas propondo-se seminários e cursos para os produtores, ajudar no manejo do solo para evitar estragos futuros, estimular a associação e trabalho em grupo.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo de casos descritivo (GIL, 2007; YIN, 2010; STAKE, 1994), em que se procurou conhecer aspectos da realidade de vida dos agricultores assentados vinculados ao Programa de Reforma Agrária efetivado pelo Governo Federal, assistidos pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), por intermédio da Superintendência do estado de Alagoas.

A pesquisa foi realizada nos assentamentos Florestan Fernandes, localizado no município de Matriz de Camaragibe e Belo Horizonte, no município de Novo Lino, em Alagoas.

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, seguindo um roteiro de perguntas, com o objetivo de levantar características dos locais estudados, conhecer os agricultores, identificar ações de assistência técnica e extensão rural e a percepção dos assentados sobre as ações viabilizadas (GIL, 2007).

Foram estudados 14 assentados, atendidos pelo INCRA, utilizando-se dados qualitativos que foram obtidos a partir de observações simples e entrevistas promovidas durante as visitas aos assentados no campo utilizando a metodologia de Gil (2007). As atividades se inserem num estudo de caso, que segundo Yin (2010), permite reter características holísticas e representativas dos eventos da vida real a fim de se entender os fenômenos sociais complexos do cotidiano.

Inicialmente, foram coletados dados secundários sobre a área de estudo, como dados do município no IBGE, mapas e artigos, a fim de promover uma primeira leitura do universo pesquisado.

As visitas no campo foram viabilizadas a partir de uma caminhada realizada com o agente de extensão da área e uma liderança de cada assentamento, percorrendo os principais pontos das duas vilas rurais dos assentamentos, locais em que residiam os assentados, ocasiões em que possibilitaram a obtenção de informações sobre a história dos assentamentos envolvendo a antiga propriedade, as chegadas, ocupações, processos de instalação, avanços e dificuldades vivenciadas, formações das comunidades, além de trajetórias de vida.. Posteriormente, foram

escolhidas de forma aleatória as 14 famílias, que foram entrevistadas e contribuíram com a pesquisa, tendo como base um roteiro de perguntas semiabertas.

Os dados obtidos, em função da variedade de respostas e a necessidade de analisá-las adequadamente, foram organizados, agrupados e analisados qualitativamente, conforme metodologia proposta por Gil (1999 e 2007) e Bardin (2011).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio dos dados coletados foi observado que entre os 14 entrevistados, sendo 50% do gênero feminino e 50% masculino. Destes, 9 no Projeto de Assentamento Belo Horizonte, sendo 67% do gênero feminino e 33% masculino. No Projeto de Assentamento Florestan Fernandes foram entrevistados 5 assentados, sendo 20% do gênero feminino e 80% masculino.

Em relação à idade dos assentados entrevistados, todos titulares dos respectivos lotes, foi constatado que nos dois assentamentos o assentado com menor idade tinha 35 anos de idade e o mais velho tinha 64 anos de idade, a média de idade era de 53 anos. No assentamento Belo Horizonte, o mais novo contava com 35 anos e o mais velho com 64 anos, apresentando uma média de idade em torno de 53 anos. Já no assentamento Florestan Fernandes o mais novo estava com 42 anos de idade e o mais velho com 58 anos observando-se uma média de idade em cerca de 53 anos. Dados que se aproximam dos encontrados por Costa e Fernandes (2015) e indicavam que as lideranças dos assentamentos estudados se encontravam em idade avançada, fato que compromete o desenvolvimento de atividades no campo, considerando que a maioria das atividades eram desenvolvidas pelos agricultores e familiares.

Importante reter, por exemplo, a contribuição de Modenese e Sant'Ana (2019) para os quais a idade avançada nos assentamentos, por um lado, ressalta a longa experiência na agricultura como uma característica positiva, mas, por outro, pode implicar em limitações, dadas as exigências físicas das atividades rurais e a dificuldade de manter os jovens no campo, comprometendo possivelmente a reprodução social da agricultura familiar (MODENESE; SANT'ANA, 2019). Foi visto pouca interação todos filhos dos produtores de ambos assentamentos, reforçando essa questão da evasão dos jovens no campo, além de contribuir para uma carga de trabalho maior para os titulares dos lotes que como visto já estão com sua idade avançada.

No tocante à composição familiar, o número mínimo era de um filho e o máximo de oito, apresentando uma média de três filhos, por família. No assentamento Belo Horizonte o número mínimo era de dois filhos e o máximo de oito filhos, com uma

média de três filhos, por família. No assentamento Florestan Fernandes o mínimo era de um filho e o máximo de cinco, com uma média de três filhos, por família. Costa e Fernandes (2015) indicam que a contratação de mão de obra para ajudar em tarefas diversas dos processos é motivada pela idade avançada de parte dos entrevistados, aliado ao reduzido número de componentes familiares residentes nos lotes, embora, a maioria das atividades seja objeto de desenvolvimento com componentes das famílias, como coloca Leite et al. (2004), dentre vários estudiosos da reforma agrária.

Dentre os entrevistados, cinco deles não desenvolviam atividades agrícolas antes de morarem no assentamento, enquanto os demais já eram agricultores. Os moradores do Belo Horizonte estavam em média há 13 anos no assentamento, assentamento qual possui 18 anos de existência. Todos os questionados do Florestan Fernandes estavam há 19 anos no mesmo, o tempo de vida do aludido assentamento. Levantamento feito por Costa et al. (2018) aponta que cerca de 80% dos assentados da região do litoral norte alagoano já trabalhavam na agricultura, como agricultor, na condição de morador ou meeiro, como trabalhador rural quando formaram os assentamentos rurais.

Os assentados, para muitas pessoas da sociedade, é uma figura muito difusa devido à heterogeneidade, uma vez que tanto são pessoas de origem camponesa, como pessoas da cidade e todos com ocupações anteriores diversas, pessoas marginalizadas que conseguiram organizar-se em torno da luta pela terra e direitos a qual se torna real nos assentamentos rurais. (GAMARRA-ROJAS et al., 2019). Pessoas que mesmo com grande dificuldade encontram nos assentamentos um lugar de morada onde pode obter o seu sustento da terra e do seu trabalho.

Silva et al. (2020) em estudo efetivado no assentamento Canafístula, encontram situação que se aproxima dos observados, tais como os agricultores familiares com baixa escolaridade, envelhecimento, êxodo da população jovem da comunidade e ausência do poder público.

Todos usufruíam de água e luz nas suas residências. Tais disponibilidades contribuíam para uma melhor qualidade de vida dos assentados e familiares e para os sistemas e processos de produção viabilizados nos assentamentos. Em seus estudos Costa e Fernandes (2013) constataram que a satisfação dos assentados com

a vida no assentamento estava atrelada à disponibilidade de água, ao fornecimento de energia elétrica e sua capacidade de trabalho. A maioria dos assentados avaliava que a vida melhorou bastante porque possuía uma moradia, uma propriedade para trabalhar e produzir o sustento da família e por seus filhos estarem estudando.

Devido ao projeto que fornece o crédito aos produtores, apenas um entrevistado não estava inserido na bovinocultura e em pequena escala havia a produção de lavoura branca, como macaxeira e mandioca, a de milho, feijão, cana-de-açúcar laranja. Situação que se assemelha ao constatado por Silva et al. (2020) em assentamento rural no município de Jacuípe, com registros de produção bastante diversificada (raízes, tubérculos, hortaliças, cereais, frutíferas, produção animal etc.) sendo possível observar múltiplas formas de cultivo (monocultivo, policultivo, cultivo orgânico e convencional).

Como havia uma maior diversidade no Florestan Fernandes, pois todos já utilizaram os créditos que poderiam ser fornecidos, existia uma diversidade maior de atividades, tendo em consideração que a principal era a produção de mandioca para a produção de farinha nos engenhos do assentamento, mas, além disso, os entrevistados criavam bovinos e ovinos, cultivavam lavoura branca, laranja, maracujá e coco.

A produção para o autoconsumo propicia uma alimentação diversa, nutritiva e segura, quando o assentado produz e consome seu próprio alimento potencializa a obtenção em termos de quantidade suficiente e auxilia o distanciamento da restrição alimentar (TONEZER; PINHEIRO; PAGNUSSAT, 2019). A criação da galinha no terreiro, o feijão, as culturas brancas, com tudo isso o produtor a pesar das dificuldades sempre tem ao seu dispor uma alimentação de qualidade diretamente da terra.

Os insumos utilizados no assentamento Florestan Fernandes eram oriundos, em sua maioria, do próprio assentamento; só um entrevistado afirmou ir à cidade mais próxima, Novo Lino, para aquisição de materiais para sua produção. Isso se dava devido às atividades de extensão rural que foram feitas nesse local, onde os assentados tiveram práticas de produção de sementes e mudas e desenvolveram essa atividade fazendo com que se diminuísse a necessidade de se adquirir matérias

de fora. Em contraponto todos os produtores do Assentamento Belo Horizonte necessitavam ir para Novo Lino, Porto Calvo, São Luiz ou Canapi para comprar insumos para produção nos lotes.

Já a comercialização da produção pecuária apresenta especificidades. Em termos de exploração pecuária, em nenhum dos dois assentamentos os entrevistados relataram dificuldades para vender sua produção, isso se deve à baixa produção e muitos deles venderem para marchantes.

Com relação à produção agrícola ou lavoura, a situação era diferente, pois era necessário o deslocamento para a cidade mais próxima. Tendo em vista que as principais vias de acesso aos dois assentamentos ainda eram, e são, de barro, durante o inverno o tráfego fica limitado e compromete a comercialização tornando os assentados elos frágeis na cadeia de comercialização, em relação aos demais agentes intermediários de produtos agropecuários. Não só isso, como também, a dependência da economia das cidades adjacentes para que possa escorrer a produção.

Costa e Fernandes (2015) constataram em seu trabalho que os assentados citaram a desvalorização dos preços dos produtos agrícolas, as péssimas condições das estradas, aliada a falta de veículos para tirar a produção dos lotes, baixos preços praticados por intermediários nos períodos chuvosos como os principais entraves no processo de comercialização.

Ter que entregar a produção ou ter dificuldade em escoar para um mercado próximo é consequência da dificuldade de inserção dos assentados nos canais de comercialização disponíveis ou a criação de um novo mercado, fazendo com que exista uma dificuldade de capitalização que leva as dificuldades econômicas. (IZIDORO; FERRANTE; ALY JUNIOR; GOMES JÚNIOR, 2020). A infraestrutura é a grande vilã para os assentados estudados, pois mesmo que deseje vender sua produção muitas vezes o acesso ao assentamento é extremamente desfavorável e sem um transporte adequado o único meio é a vende para atravessadores e por muitas vezes perde o poder de barganha.

Sobre a participação de assentados em programas governamentais foi constatado que a maioria dos entrevistados (12) utilizou benefícios de programas como Bolsa Família, PRONAF e Aposentadoria. Destes, um teve dificuldades com o Bolsa-Família, três tiveram dificuldades na operacionalização do Pronaf e dois com a solicitação de aposentadoria, tendo, um deles lutado durante cinco anos para conseguir a aposentadoria. Tais dificuldades foram registradas por assentados do assentamento Belo Horizonte, não havendo ocorrência de problemas ou dificuldades por parte de assentados do assentamento Florestan Fernandes.

Silveira et al. (2012), demonstram que mesmo o PRONAF sendo uma grande conquista para os pequenos agricultores, a parte burocrática afeta, ainda é uma dificuldade para o produtor e muitas vezes a assistência técnica fica apenas para auxiliar nos projetos.

Em relação à vida nos assentamentos, Costa e Fernandes (2013), levantaram situações nos assentamentos em que a complementação de renda, via aposentadoria, se fazia necessária para a reprodução familiar. Bem como, constataram que diversos assentados contavam com apoio do programa governamental “Bolsa Família”. Sem dúvida, a procura por atividades fora dos assentamentos para complementação da renda familiar mensal é observada em diversos assentamentos, a exemplo do desenvolvimento de atividade rural não agrícola, como a produção artesanal de bijuterias com material do campo (COSTA; FERNANDES, 2013). Os programas governamentais para muitos é o único meio de se manter durante períodos de escassez e a procura por atividades nas cidades próximas é um dos meios que eles precisam recorrer.

Ao serem perguntados sobre a assistência técnica no início do funcionamento do assentamento, todos os produtores do Florestan Fernandes afirmam ter tido ajuda em seus lotes. Apenas dois assentados do Belo Horizonte disseram ter tido assistência no início do assentamento, tendo citado a Naturagro, primeira empresa a presta serviço no assentamento, os demais ou não tiveram ou a mesma só foi para atividades burocráticas para adquirir o crédito financeiro. Costa e Fernandes (2015) observaram que, no tocante aos serviços de assistência técnica, cerca da metade informou que recebia assessoramento de empresas contratadas pelo governo federal

enquanto a outra metade informou que não, revelando uma situação de dificuldades que compromete a qualidade de vida dos assentados.

De acordo com as observações e informações levantadas, há unanimidade entre todos os assentados que recebem apoio técnico de que o que necessita melhorar na assistência é o tempo e frequência das visitas, que muito acham que é pouca, além de comparecer ao lote para tirar dúvidas que apareçam no dia a dia dos produtores. Mesmo tendo acesso ao crédito rural, o produtor não tem nenhum acompanhamento na produção ou qualquer fiscalização, isso gera uma série de problemas, fazendo com que o assentado receba o empréstimo, mas não está preparado para a utilização. (SILVEIRA et al., 2012). A assistência, que em sua maioria é apenas para questões burocráticas, ajuda a obtenção do crédito, mas deixa em falta a questão no campo, muitas vezes o produtor consegue financiamento apenas para uma atividade que o mesmo já não está muito familiarizado e sem ajuda acaba que não produz como o desejado.

Todos os produtores do Florestan Fernandes, afirmaram que as orientações sempre foram dadas de acordo com o que os técnicos ouviam dos mesmos. Dois assentados do Belo Horizonte falaram não ter ajuda, sendo ouvidos, um afirma não ter tido nenhuma dificuldade e outro afirma não ter acontecido nenhuma ajuda, os demais falaram que foram ouvidos durante as visitas e tomadas de decisões.

Apenas um assentado afirmou ter tido ajuda na sua parcela no início da produção no assentamento Belo Horizonte, os restantes informaram que ou não tiveram ou, que foram apenas reuniões burocráticas, em relação ao da visita 2017, todos falam que não teve nenhuma, muitos acreditam que a falta de ajuda técnica foi o corte durante a mudança no governo federal. No Florestan Fernandes foi observado algo totalmente diferente, todos tiveram assistência durante o início da produção, segundo eles, porém a situação no ano da visita é o mesmo em ambos, não tendo nenhuma ajuda técnica.

Os entrevistados do Florestan Fernandes estavam satisfeitos com as visitas, relatam que existiam técnicos suficientes e caso não tivesse visita a todos o técnico ficava no assentamento até visitar todos. Dois assentados disseram estar satisfeitos com as visitas no Belo Horizonte, mas o restante dos assentados relata que as visitas

foram apenas para parte burocrática e em relação aos projetos para os créditos financeiros e que nunca visitaram os lotes.

Nessa perspectiva, há um grande questionamento no foco da extensão rural no Brasil, onde alguns apontam os problemas técnicos e administrativos responsáveis pela assistência técnica e também existe uma indagação sobre o enfoque e nos princípios, vendo a necessidade de romper o paradigma da modernização e economia e visar os aspectos culturais, ambientais, políticos, dependendo do grupo que é destinado (OLIVAL et al.; 2003). Há diversas problemáticas a serem levantadas, foi visto que falta voz do produtor em relação ao que produzir e que isso por vez já vem pré-programado junto ao projeto para conseguir o crédito rural, a extensão rural que por muitas vezes é apenas burocrática, deixa de resolver questão básica no campo e deixa o assentado sem ajuda necessária.

Conforme Silva et al. (2020), a extensão rural, assistência técnica e crédito rural são importantes instrumentos de modificações com resultados rápidos e efetivos para a agricultura familiar. Em Alagoas são necessárias medidas de incorporação de novos métodos de produção e gestão, disseminação de novas práticas e tecnologias agrícolas a fim de realizar uma mudança radical nos indicadores de desenvolvimento e produção rural (SILVA et al., 2020). Buscar conciliar a produção desejada do assentado com métodos agroecológicos e diversificar as atividades no assentamento, além do resgate cultural da região pode ser caminhos a serem abordados para mudar o paradigma do estado de Alagoas.

Sobre palestras e cursos dados pelos técnicos aos assentados, apenas dois relataram não ter tido essas atividades, enquanto o restante afirmou ter tido e que foi de grande ajuda para eles. Os produtores do Florestan Fernandes contaram que sempre teve palestra e cursos e que alguns aprendizados são utilizados até hoje, como a produção de adubo orgânico. Consoante resultados de estudos efetuados por Deus (2018), segundo a percepção dos agricultores assentados, que existiam duas categorias de agricultores no assentamento: a) aqueles que recebem o acompanhamento da ATER, garantindo produção para o autossustento e para a comercialização; b) aqueles que não recebem o acompanhamento da ATER e produzem somente para autossustentação (DEUS, 2018). Mesmo que pouca, as

atividades educacionais e visitas técnicas são um diferencial para tirar pequenas dúvidas e podem melhorar a atividade dos produtores.

Segundo os assentados o principal motivo de não haver assistência no período em que foi feita a entrevista é o fim do convenio com a empresa que fornecia o serviço e os cortes de verbas e mudanças que o governo vigente fez nesse período. Assim como Mattei (2018) expõe, desde o início do governo Temer a assistência técnica e extensão rural sofreu bastante, primeiro com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, depois, com o desmonte estrutural das equipes responsáveis pela implementação das políticas que estavam em curso desde a criação do MDA.

Sobre seu poder em relação ao planejamento das atividades que seriam feitas quando existia assistência técnica, todos os entrevistados afirmaram terem sido ouvidos antes de serem iniciadas as atividades e que eram levadas em consideração as indagações que os mesmos realizavam.

No ponto de vista dos assentados para uma melhor assistência é necessário que tenha um tempo maior de serviço nos lotes, que os mesmos permaneçam um determinado período auxiliando a produção, ouvir as dificuldades do dia a dia.

Já em pesquisa realizada por Silva et al. (2020) indica que os entrevistados desconheciam as principais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar como o PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outro ponto era o de que as visitas do INCRA e as sementes vindas do órgão serem distribuídas de forma esporádicas, ainda não atendiam as necessidades dos agricultores seja pela qualidade ou pela quantidade.

O modelo de extensão desde os seus primórdios tem sua base a revolução verde que foi e vem sendo um modo de produção nociva, tanto na agricultura como no contexto social. Mesmo com a esperança de mudança no governo Lula, e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) reconhecendo o efeito negativo das práticas influenciadas pela revolução verde, pouco foi feito, pois a Lei 12.188/2010, conhecida como Lei de Ater, deixa a agroecologia de lado, mantendo o antigo modelo (SANTOS; LIMA;

LEÃO, 2016). O mundo vem tomando um rumo sustentável e agroecológico na contra mão do método de assistência rural no Brasil, que desde seu início teve enfoque em difusão de tecnologia e crédito. Inserir a produção agroecologia é de grande necessidade, pois cria métodos que levam em conta a região, insumos locais e espécies nativas, o que leva a uma melhor qualidade de produção e uma mudança não só produtiva, mas também social.

No assentamento Florestan Fernandes apenas um dos entrevistados diz não ter como se manter apenas com a produção do seu lote devido à seca, já no Belo Horizonte apenas um assentado diz conseguir manter a família com o que produz, os demais não tem como se manter com sua produção.

O modelo de reforma agrária que o estado propõe, tecnológico e econômico, vai de contramão as políticas que são feitas para os pequenos produtores, não há crédito rural nem assistência técnica suficiente, fazendo com que as unidades familiares sejam inviáveis economicamente (CAPORAL, 2009).

De acordo com Costa e Fernandes (2013) o universo dos assentados da reforma agrária é formado, em sua maioria, por pessoas oriundas do meio rural ou descendente de agricultores familiares, ocupando espaços conquistados, trazendo consigo experiências e saberes, mas que não contam com infraestrutura mínima que proporcione uma condição de vida digna. Tudo está por construir e em permanente construção.

A diferença de resposta entre assentamentos sobre a questão de se manter com o que é produzido em sua área tem muito a ver com a assistência técnica e a formação do assentamento. No Florestan Fernandes, onde não teve problemas com demarcações e a obtenção de crédito rural, a assistência foi mais focada na produção dos agricultores e difusão de tecnologias para os mesmos. Já no Belo Horizonte, desde seu início, ocorre o registro de problemas, dificuldades em obter uma infraestrutura básica como a água, problemas na demarcação dos lotes e descontinuidade do trabalho de extensão que era realizado, além de problemas com a burocracia na hora de adquirir capital fazendo com que os técnicos priorizassem o auxílio na criação dos projetos para os bancos faltando com a assistência na cadeia produtiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do estudo junto aos produtores dos assentamentos foi possível verificar que o trabalho dos extensionistas tem grande impacto nos assentamentos, auxiliando na aquisição de crédito rural, ensinando técnicas para produção e visitando os loteamentos quando possível.

Os entraves políticos e burocráticos que os assentados enfrentavam refletiam muito no trabalho do extensionistas, que muitas vezes precisavam auxiliar na obtenção de crédito rural para os produtores e por falta de tempo e recurso não conseguiam auxiliar durante a produção.

As dificuldades durante a criação dos assentamentos, assim como a falta de políticas públicas e uma infraestrutura de qualidade dificultava ainda mais a atividade dos produtores, além de uma assistência técnica que não tinha uma continuidade, nem quantidade de técnicos necessária, acarretando em dificuldade para os assentados conseguirem uma vazão de produção para além do consumo próprio que por vezes não era suprido.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ALBUQUERQUE, F. J. B. *et al.* As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, abr. 2004.

CAMPOS, M. P. Movimentos Sociais e Conjuntura Política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 78-100, mar. 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: Il, 2009. 398 p.

CARVALHO, C. P. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. -4. ed. rev. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2010.

COSTA, J. H. Q.; FERNANDES, L. A. O. Assentamentos Rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, em 2012. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51, 2013. **Anais da SOBER...** Belém, PA, 21 a 24 de julho de 2013. ISBN (978-85-98571-10-2)

COSTA, J. H. Q.; FERNANDES, L. A. O. Observações preliminares sobre capital social em assentamentos rurais do território da cidadania do litoral norte de Alagoas. In: **53 SOBER**, 2015, JOÃO PESSOA. Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento. JOÃO PESSOA: UFPB, 2015.

COSTA, J.H.Q. **Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas**. 2016. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

COSTA, J. H. Q.; FERNANDES, L. A. O.; ANJOS, F. S.; ASSIS, J.A.F. Produção agrícola em assentamentos rurais localizados em áreas de monocultura do Litoral Norte de Alagoas. **Cadernos Agroecológicos**, v. 13, p. 434, 2018.

DEUS, K. H. C. **Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do desenvolvimento rural sustentável sob a perspectiva dos agricultores do assentamento Pequeno William – Planaltina/DF**. /Katty Hellen da Costa de Deus; orientação de Flaviane de Carvalho Canavesi. – Brasília, 2018. 44 p.: il. Trabalho de Conclusão do curso de graduação – Universidade de Brasília/ Departamento de Engenharia Florestal, 2018.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, v. 02, p. 01-09, 2012.

FERNÁNDEZ, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 1-11, ago. 2003.

GAMARRA-ROJAS, G. et.al. Análise de sustentabilidade em assentamento de reforma agrária: o caso de chico mendes iii, Pernambuco, brasil. **Extensão Rural**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 21-41, 30 set. 2019. Universidade Federal de Santa Maria.

HEREDIA, B. *et al.* Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 73-111, abr. 2002.

IZIDORO, L. T.; FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O.; GOMES JÚNIOR, N. N. O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 97-130, ago. 2020.

LISBOA, M. M. **A reforma agrária de mercado no sertão de Alagoas: Estudo a partir do assentamento Boa Sorte em Pão-de-Açúcar - AL**. 2018. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia Licenciatura, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo temer. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 293-307, dez. 2018.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, p. 151-172, jun. 2006.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 57(4), 636-655, 2019.

MOREIRA, J. C. G. **Perfil socioeconômico, cultural e ambiental dos produtores rurais dos assentamentos do Município de Porto de Pedras, em Alagoas**. 2010. 33p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Fflch, 2007. 184 p.

OLIVAL, A. A.; SPEXOTO, A. A.; FONSECA, L. F. L.; SANTOS, M. V. Implementação e avaliação de um programa educativo sobre qualidade do leite: aspectos culturais, sociais e tecnológicos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 1-15, dez. 2003.

PINTO, A. G. **A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo**. 1998. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, DF, 2008.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, abr. 2008.

SANTOS, M. A. G; LIMA, I.S; LEÃO, R. S. C. A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco. **Extensão Rural**: DEAR CCR, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 7-25, mar. 2016.

SILVA, A. K.; CRISTO, C. C. N.; MEDEIROS, M. S.; COSTA, J. H. Q.; ALBUQUERQUE, C. F.; SILVA, J. M.. Reforma agrária e processos produtivos no Assentamento Canafístula, Jacuípe, AL. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 9, p. 88, 2020.

SILVA, N. G.; MULLER, L. Comunicação rural: evolução x potencialidades. **Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas**: Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 121-128, abr. 2015.

SILVEIRA, W. S.; LAFORGA, G.; CUSTÓDIO, A. M.; STEFANOSKI, D. C. Política de desenvolvimento da agricultura familiar: estudo sobre o crédito rural no assentamento banco da terra, Nova Xavantina-MT. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 7-31, jun. 2012.

TONEZER, C.; PINHEIRO, E.; PAGNUSSAT, L. Quanto vale a produção para o autoconsumo no meio rural? Um estudo de caso no município de Coronel Freitas no oeste catarinense. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 90-107, dez. 2019.

TSUKAMOTO, R. Y; ASARI, A. Y. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação*. **Geografia**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 483-494, jun. 2003.

VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira. "**Reforma Agrária de Mercado**" e a **Territoriaização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé - CE**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

VEIGA, J. E.. **A REFORMA QUE VIROU SUCO**. Petrópolis, RJ: VOZES, 1990. 157p

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola uma Visão Histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991. 219 p

VEIGA, J. E.. **A FACE RURAL DO DESENVOLVIMENTO**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 2000. 197p